



## **Mulheres Pescadoras: A Construção da Resistência em Itapissuma.**

Maria do Rosario de Fátima Andrade Leitão<sup>1</sup>

Alexsandra Silva de Lima<sup>2</sup>

Gilmar Soares Furtado<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O texto recupera a história de luta, resistência e conquista da Colônia de Pescadores Z-10 em Itapissuma. Destaca a participação das mulheres no reconhecimento profissional do trabalho delas na pesca. Gênero e desigualdade, identidade e trabalho feminino no setor pesqueiro são os componentes do referencial teórico. A metodologia está fundamentada no Estudo de Caso, com entrevistas semi-estruturadas, documentos e observação em campo. Por fim, as pescadoras de Itapissuma desde a década de 1970 lutam por um espaço igualitário entre homens e mulheres no mundo da pesca. Nas últimas décadas se destaca diretorias composta por mulheres, situação possibilitada pelas mudanças sociais, cujos resultados consistem na valorização e conhecimento dos direitos, da participação e cooperação entre diferentes os atores.

**Palavras Chave: Mulher Pescadora; Trabalho Feminino; Gênero; Identidade; Pesca Artesanal.**

### **1.0 Introdução**

O artigo objetiva analisar o processo de conquista das mulheres na colônia Z-10 em Itapissuma, através da história, das lutas e resistências por elas vividas. A escolha do tema iniciou com as leituras sobre gênero e as visitas a Colônia de Pescadores Z-10 em Itapissuma. A literatura além de subsidiar a compreensão sobre o trabalho feminino, passou a ser considerada como fonte de informação sobre o processo de luta e conquistas dos pescadores, sobretudo, pescadoras, dentro de um espaço marcado pelo machismo e desigualdade social. Ao longo da história do Brasil, podemos o reconhecimento da atividade das mulheres no trabalho profissional da pesca, tem sido observado como um fenômeno relativamente novo, porque a Marinha de Guerra que tutelava as Colônias de

---

<sup>1</sup> Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. POSMEX- Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. rosario@dlch.ufrpe.br

<sup>2</sup> Bacharel em Ciências Sociais – Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.alexandralima18@hotmail.com.

<sup>3</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. POSMEX- Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. gilmarfurtado@gmail.com



Pescadores não admitia mulheres em seu quadro, por isso também não concedia as mulheres pescadoras o direito a se cadastrarem<sup>4</sup>.

Considerando a questão da desigualdade entre homens e mulheres ainda bastante arraigada em nossa sociedade, focando neste estudo o espaço pesqueiro, trataremos como problemática o relato de Luta, Resistência e Conquista das Mulheres Pescadoras de Itapissuma, a partir de sua história e trajetória.

Neste contexto o artigo fomenta o debate sobre o papel das mulheres na pesca artesanal nas dimensões estabelecidas entre a casa e o mundo do trabalho, destacando suas limitações potencialidades, destacando as relações de gênero e identidade.

Alguns marcos na história das colônias de pescadores/as são:

- As primeiras colônias de pescadores do Brasil foram estabelecidas a partir de 1919, e foi levado a cabo pela Marinha de Guerra. O primeiro estatuto das colônias de pescadores data de 1º de janeiro de 1923, assinado sob a forma de aviso, proveniente da Marinha. (BRAS)
- Em 1920 foi criada a Confederação dos Pescadores do Brasil. Posteriormente com o decreto nº. 23.134/33 foi criada a *Divisão de Caça e Pesca*, onde um dos objetivos era gerenciar a pesca no país. Os pescadores deixaram de estar submisso ao Ministério da Marinha e passaram para o domínio do Ministério da Agricultura. Posteriormente com o Decreto-Lei nº. 4.890 de outubro de 1942, retorna ao controle dos pescadores do Ministério da Agricultura para o da Marinha.
- A partir dos anos sessenta, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, sendo abolida a Divisão de Caça e Pesca. Com o golpe militar (1964) e o Decreto nº. 221 de 28 de fevereiro de 1967 define as novas regras para o setor. Outra legislação importante é da portaria nº. 471 de 26 de dezembro de 1973.
- A Constituição, em 05 de outubro de 1988, estabelece a equiparação das colônias aos sindicatos de trabalhadores rurais.
- Outra mudança da década de 1980 foi a extinção da SUDEPE e a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, órgão na ocasião responsável por gerenciar e promover o desenvolvimento do setor pesqueiro do país. Posteriormente em fins da década de

---

<sup>4</sup> Extensão Rural & Extensão Pesqueira: experiências cruzadas. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão (org.). Recife: Fasa, 2008.



1990, o Ministério da Agricultura volta a incorporar os pescadores artesanais dentro de sua estrutura.

- A partir de 2003 a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca passa a coordenar as ações e políticas públicas relacionadas a pesca e aquicultura.

## **2.0 Pesca e Desenvolvimento Local**

Algumas das dificuldades de operacionalização de desenvolvimento local estão relacionadas, muitas vezes, a uma cultura centralizadora, paternalista e clientelista, isto é, concentram o poder, com o intuito apenas de proporcionar o crescimento econômico e não o seu desenvolvimento (LEITÃO, 2008).

Desenvolvendo uma das profissões mais velhas do mundo, o trabalhador da pesca, no Brasil, apenas passou a ter direitos aos benefícios previdenciários com a promulgação da Constituição de 1988. Em regime de assegurado especial, o pescador tem direito à aposentadoria, seguro por acidente, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-reclusão. Para conseguir esses benefícios, precisa estar filiado a uma colônia de pescadores, que cumpre função similar ao do sindicato.

As Colônias de pescadores constituem a forma de associativismo predominante na pesca artesanal. Estas tiveram origem em uma missão da Marinha de Guerra do Brasil, realizada na década de 1920, com o intuito de ocupar o litoral do país. Nesse período, a Marinha percorreu toda a costa, sobretudo os trechos navegáveis dos principais rios, orientando e organizando os pescadores em associações. Assim, os pescadores passaram a ter a sua primeira organização de ordem social (CRUZ et al., 1993; e LOURENÇO et al., 2003).

Em síntese, os espaços de lutas dos pescadores e, em especial das mulheres pescadoras, são as colônias, bem como as associações de pescadoras que segundo Maneschy e Almeida (2002), ultimamente tem aumentado o número de mulheres de forma significativa. Informação confirmada em diversas entrevistas com representantes de colônias em Pernambuco.

## **3.0 Colônia de Pescadores Z-10 em Itapissuma.**

O município de Itapissuma localizado no litoral Norte de Pernambuco é considerado o principal núcleo pesqueiro da região. Segundo Senso de 2000 do IBGE, a população residente é de 20.116 habitantes, os habitantes do sexo masculino totalizam 9.843 (48,9%),



enquanto que o feminino é de 10.273 (51,1%). O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é de 0,695 colocando o município em 21º lugar no ranking estadual e em 3.074º no nacional. O Índice de Exclusão Social, que é construído por sete indicadores (pobreza, emprego formal, desigualdade, alfabetização, anos de estudo, concentração de jovens e violência) é de 0,379, ocupando a 32ª colocação no ranking estadual e a 3.487ª no nacional. (IBGE apud MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. 2005).

A Colônia de pescadores Z – 10 foi fundada no dia 10 de novembro do ano de 1927, situada a rua Dr. José Gonçalves, 87 em Itapissuma. Naquela época as colônias de pesca viviam sob o domínio de poder da capitânia dos portos. Só nos anos 70 com a criação do CCP (Conselho Pastoral dos Pescadores), e a chegada de uma freira a irmã Maria Nilza de Miranda Montenegro, iniciou-se a transformação do município que 70 % da população sobrevive direta e indiretamente da pesca.

Sobre este período conforme narrativa de Joana Mousinho: “a colônia era totalmente desorganizada, o prédio caindo aos pedaços, uma verdadeira bagunça...”. Neste mesmo período, meados de 1973 a irmã Nilza começou a organizar os pescadores e pescadoras, por meio de reuniões com o objetivo de esclarecer seus direitos, como também, conscientizarem que os mesmos não eram marginalizados. Seu trabalho se caracterizava pela visita e acompanhamento às famílias da colônia, inclusive com a assistência médica, além das conversas à beira da maré, que foram essenciais na criação de laços de confiança com a colônia.

O intuito da Irmã Nilza era também alfabetizar as mulheres pescadoras, pois elas viviam na total marginalização, a maioria delas eram analfabetas, muitas não possuíam documentação inclusive registro de nascimento.

Ainda sobre o tema da alfabetização, a atual presidente da Colônia Miriam Mousinho relata que a dificuldade era tamanha de alfabetizar e organizar as pescadoras que algumas costumavam dizer que: “o lápis é mais pesado do que o remo”.

Nos anos 80 do século XX, já conquistado o direito ao registro da pesca, a luta inclui as questões ambientais, como por exemplo a degradação do rio Botafogo e o canal de Santa Cruz, causado principalmente pelas indústrias de cana de açúcar. Os pescadores nessa época organizaram caminhadas, passeatas e manifestações na porta das fabricas e industrias. O que chamou mais atenção de Joana Mousinho foi “à união do povo para vencer a luta da poluição”.

Além da poluição no canal de Santa Cruz, outras questões suscitadas pela Irmã Nilza, traziam a tona sérios problemas como: a pesca predatória praticada não somente pelos



pescadores locais, como por pescadores amadores; lançamento de bombas<sup>5</sup> por amadores da pesca, matando uma quantidade incalculável da fauna fluvial marinha; um número significativo de adultos analfabetos e crianças que não freqüentavam a escola por negligência dos pais; alta mortalidade infantil, grande marginalização da mulher; desnutrição, especialmente de crianças, agravadas pelas verminoses; moradias sem nenhuma condição de higiene; dentre outros.

#### **4.0 Mulheres e Conquistas Sociais na Pesca**

Em 1985 na Constituinte da pesca realizada em Brasília –DF, só duas mulheres fizeram parte, a saber: Anita de Luna, de Ponte dos Carvalhos- Cabo de Santo Agostinho/PE, e Margarida Rodrigues Mousinho<sup>6</sup> de Itapissuma/PE, que lutaram para que as pescadoras casadas oficialmente tivessem direito a aposentadoria que não lhes eram concedidas.

Em fins da década de oitenta do século XX, a eleição definiu a conquista de uma diretoria de colônia exclusivamente composta por mulheres. De tal modo, as mulheres de Itapissuma foram as primeiras de Pernambuco e do Brasil a possuírem o Registro Geral da Pesca (carteira profissional de pescadora). Em relação a isso Joana Mousinho relembra que: “antes da Irmã Nilza chegar nenhuma mulher fazia parte da colônia, só homem comandava. As mulheres não tinham vez na Colônia... Os homens não aceitavam que mulher assumisse trabalho nenhum”.

Neste contexto, Joana Rodrigues Mousinho passou a ser a 1ª mulher eleita como presidente de colônia de pescadores já registrada na história do Brasil, com o forte apoio do Frei Alfredo, um dos fundadores da Pastoral dos Pescadores, segundo ela. Joana Mousinho saiu candidata pela primeira vez em 1989 e, sendo reeleita em outras ocasiões, permaneceu no cargo por 16 anos. Hoje ela faz parte do conselho deliberativo da colônia, sendo também uma das coordenadoras da Articulação das Pescadoras de Pernambuco. Sobre a eleição de Joana, a Irmã Nilza<sup>7</sup> declarou na Pastoral dos Pescadores: “a Colônia de Pescadores de Itapissuma é algo inédito na história de Pernambuco e do Brasil, sem similares em qualquer lugar do país”. Apesar de conseguirem tal êxito, segundo a irmã

---

<sup>5</sup> Sobre o assunto da poluição e do lançamento de bombas no mar, em notícia de jornal, relata que Joana Mousinho foi ameaçada de morte por ter denunciado um companheiro que jogava bombas para matar os peixes. (Fonte: Diário de Pernambuco, 06 Janeiro de 1991).

<sup>6</sup> Margarida Rodrigues Mousinho nesta época era presidente da colônia de pescadores Z-10, assumiu o cargo com a renúncia do anterior presidente o Sr. Genival Aquino de Souza, sendo a 1ª mulher a ocupar tal posição.

<sup>7</sup> (Fonte: Diário de Pernambuco, Janeiro de 1991):



Nilza, o processo de mobilização das mulheres foi e ainda é muito lento. Sobre isso Joana Mousinho ressaltou<sup>8</sup>:

“A falta de uma maior mobilização do pescador ainda é a principal dificuldade encontrada pela colônia. Eles não tomam consciência de seus direitos e deveres. Se houvesse união, a gente seria a colônia de pescadores mais fera do Estado”.

Em outra entrevista, ainda sobre essa questão Joana Mousinho diz: “a maior dificuldade é reunir esse pessoal. Falta esperança e incentivo, os pescadores ficam desacreditados, essa turma já foi tão enganada...”.

Em 1993, a Irmã Nilza foi transferida de Itapissuma, mas até o ano de 2003, ela manteve a assessoria aos/as pescadores/as, por meio de reunião mensal com a diretoria da Colônia Z-10, quando eram realizados a revisão e planejamento das atividades.

Atualmente, a Colônia possui aproximadamente 2000 pescadores/as associados, desse total 65% são mulheres. A participação das mulheres supera a dos homens, segundo a atual presidente, no seu segundo mandato, Miriam Mousinho, afirma que:

“As mulheres são mais organizadas e participativas, estão mais preocupadas com as ações da colônia, já os homens só se preocupam em ganhar o seu dinheiro, ele só quer ter o dele, não querem ter compromissos, e geralmente, só procuram a colônia nos momentos de dificuldades”.

Miriam Mousinho também resalta que uma das principais dificuldades da colônia é a captação de recursos, e esse problema se agrava mais no início de ano e no período de chuva. Sobre sua atividade de presidente avalia que:

‘Acredito que quase 80% do que me coube a fazer pela colônia eu fiz, pois quando assumir vi uma grande quantidade de mulheres com idade para se aposentar sem ter condições nenhuma para chegar lá, principalmente por falta de documentação e conhecimento dos seus direitos. Então, corri atrás e consegui aposentar mais ou menos trinta mulheres em minha gestão, com ajuda de toda diretoria formada só de

---

<sup>8</sup> Fonte: Diário de Pernambuco, Novembro de 1997 – Colônia de Pescadores Faz 70 Anos



mulheres, mulheres fortes e determinadas que quando quer correm atrás, consegue e trás’.

A carência do trabalhador da pesca no panorama da discussão das políticas públicas que precisam apoiar a produção pesqueira traduz na própria *invisibilidade* desses trabalhadores como profissionais e cidadãos, ou pelo menos assinala para as muitas dificuldades que encontram para serem vistos e ouvidos. (Leitão 1997: 7)

## **5.0 Questões de Identidade: Mulheres Pescadoras**

O processo de identidade se dá a partir do compartilhamento de vários aspectos da vida cotidiana. Para Charles Taylor (2000), a identidade é definida a partir de “... uma compreensão de quem somos, de nossas características definitórias fundamentais como seres humanos<sup>9</sup>”. A Idéia de identidade está ligada, de certa forma, aos ideais éticos de autenticidade, de originalidade e de peculiaridade.

Sobre o tema Costa (1989:22) afirma que: “a identidade é tudo que se vivencia (sente, enuncia) como sendo eu, por ocasião àquilo que se percebe ou anuncia como não-eu (aquilo que é meu; aquilo que é outro).” O autor ainda destaca que “a identidade não é uma experiência uniforme, pois é formulada por sistema de representações diversas. Cada um destes sistemas corresponde ao modo como o sujeito se atrela ao universo sócio-cultural. Existe assim, uma identidade social, étnica, religiosa, de classe; profissional, sexual etc.” E enfatiza: “estas diversas representações do sujeito possuem regras de formação e manutenção, baseadas em normas que o orientam no cumprimento e julgamento do seu desempenho identificatório”.

Segundo Stuart Hall (2002): As identidades nacionais encontrarem-se se desfazendo, devido ao aumento da homogeneização cultural atual na pós-modernidade; as identidades nacionais e outras identidades "locais" ou particulares estão sendo reforçadas pela obstinação à homogeneização globalizada e as identidades nacionais estão em decadência, e outras identidades estão se formando.

Assim, ressalta Nancy Fraser (2001), a luta por reconhecimento é, em geral, marcada por profundas desigualdades estruturais com: renda, trabalho, educação, saúde, seguridade social, lazer, habitação e a alimentação de grande parte da sociedade. A promoção de uma



sociedade justa, principalmente em sociedades profundamente desiguais como é o nosso caso, requer tanto o reconhecimento cultural de diferentes grupos sociais estigmatizados, quanto à redistribuição sócio-econômica para a maioria da população. Os dois fatores estão intimamente interligados.

Quando falamos de identidade, é necessário situar este enfoque na memória de identidade profissional da pescadora. Mulher, com baixo nível de instrução e de renda, luta para sobreviver numa profissão estereotipada como masculina. Leva a mulher a uma situação coadjuvante. Sobre esse assunto, Maneschy (1999) ressalta sobre o caráter completar da atividade feminina:

“A complementariedade, que em princípio denotaria interdependência, portanto, pressuposto para relações simétricas entre os sexos, como acentuou Badinter (1986), é tradicionalmente pensada em termo de ascendência dos papéis masculinos sobre os femininos, tidos como acessórios. Tal modelo ideológico é acentuado sob o capitalismo, na medida em que a noção de trabalho é associada à geração de renda monetária, concebendo-se como secundárias aquelas atividades não pagas, relacionadas ao consumo, como o preparo dos alimentos, sua distribuição e, logicamente, o cuidado com os seres humanos”.  
(MANESHY, 1999, p. 163)

A própria identidade dos pescadores é definida a partir da identidade masculina, relativo ao mar. Assim, para todos os membros do grupo, a atividade de pesca está absolutamente ligada ao mar e não na terra (WOORTMANN, 1992, p.42). Sendo assim, os animais, que na maioria das vezes, as mulheres pegam, do grupo dos moluscos e crustáceos, não são considerados como pescados. Logo essas atividades não são tomadas como pesca (MOTTA-MAUÉS, 1999, p.394-395).

No entanto, mulheres que tem ou tiveram oportunidade de construir de forma crítica sua identidade de mulher pescadora, se apropria da terminologia como o faz Joana Mousinho<sup>10</sup> Ex-Presidenta da colônia Z-10 ao declarar: “sou pescadora desde meus oito anos de idade, criei meus três filhos desse jeito e eles seguiram o mesmo caminho. Até meus netos já querem ser pescadores”.

No entanto, a visão crítica de Joana sobre a atividade das mulheres na pesca, ainda é uma exceção, considerando que as meninas são socializadas para reproduzirem significados socialmente construídos de uma “essência feminina”, que se desenvolve, principalmente,

---

<sup>10</sup> Jornal Diário de Pernambuco, 10 de novembro de 1997.





na esfera de vida familiar, na esfera do privado ou pré-político (Arendt, 1995). Inibidas, historicamente, de “conhecer o mundo”, de praticar o poder no âmbito público, as meninas crescem e se desenvolvem influenciadas pela concepção de que existem áreas ou profissões tidas como mais adequadas à condição feminina, que estão ligadas à cuidar do lar, do ensinar e do servir.

No entanto, as mulheres também surgem como lideranças e trabalhadoras da pesca por uma ressignificação de atividades que sempre desempenharam, mas que não eram vistas por causa de uma divisão social do trabalho intensamente centrada no masculino, divisão que conceitua o mar como ambiente de homens e posiciona as mulheres na terra. Assim, a presença feminina na liderança da colônia de pescadores Z-10 em Itapissuma se mantém na beira do mar, no mangue e na terra, e suas histórias estão sendo reescritas por outras práticas e outros dizeres refeitos por essas mulheres.

Vale ressaltar ainda a dupla jornada de trabalho para a mulher, fato identificado por Joana Mousinho como a principal dificuldade da mulher pescadora:

“È muito difícil você sair você chegar, tratar, catar e cozinhar siri e outros mariscos, consertar rede e ainda tomar conta da casa dos filhos... Porém, pra mim tem uma vantagem, porque você está convivendo diretamente com a natureza, e isso é muito bom”.

Assim, mesmo enfrentando inúmeras dificuldades e preconceito as mulheres tem conseguido conquistar um espaço significativo na sociedade. As relações sociais ainda não são igualitárias no que se refere às relações de gênero, os homens ainda sobrecarregam as mulheres com a dupla jornada de trabalho, pois os afazeres domésticos ainda são de responsabilidade exclusivamente delas. Nesse sentido, ressaltam Boaventura de Souza Santos e João Arriscado Nunes (2003:35) que:

“As lutas das mulheres, dos ambientalistas, dos movimentos anti-racistas ou pelo reconhecimento das identidades étnicas estão aí para nos recordar que tanto a dominação quanto a resistência se fazem ao longo de diversos eixos, e que estes não estão subordinados, de maneira definitiva, a uma ‘contradição principal’”.

Sobre o tema, Miriam Mousinho afirma que: “ainda há preconceito. Sempre tem alguém que olha de lado...” e Joana Rodrigues Mousinho também fala que: “em Itapissuma tem



muito cabra machista, mas eu sou meio teimosa, não ligamos pra isso não. Eles já se acostumaram. Agente mete a cara e segue em frente”.

Sobre a educação formal na vida da comunidade pesqueira, em Itapissuma a presidente da colônia afirma que as mulheres são mais dispostas a voltar a estudar mesmo que o intuito principal delas sejam aprender a assinar o nome. Hoje, essa situação vem melhorando, e as mulheres continuam se sobressaindo em relação aos homens, segundo Miriam, alguns pescadores costumam dizer que, quando são questionados sobre voltar a estudar, afirma: “nasci burro, vou morrer burro. Não aprendi de pequeno como vou aprender agora...”.

O problema do acesso das mulheres mais velhas à escola deve-se, além dos fatores locais de não existência de unidades escolares na região e horários da pesca incompatível com a jornada escolar. O casamento precoce interrompe os projetos de estudo mesmo para aquelas que ambicionavam buscar a escolarização.

## **6.0 Gênero na Pesca**

Como afirma Luíza Bairos (1995), “Como pudemos ver, a subordinação das mulheres em geral está indissoluvelmente associada à divisão de gênero do trabalho. Por outro lado, há que se considerar também a violência contra a mulher, às diversas instituições sociais e as formas pelas quais elas mantêm e reproduzem as relações de dominação/subordinação. A subordinação feminina não se instala somente no plano subjetivo. Por tanto, a igualdade de direitos, com equidade de gênero, requer formas de organização social capazes de interromper o ciclo de reprodução das desigualdades; de enfrentar os mecanismos de dominação que os homens utilizam como grupo social; as formas pelas quais as mulheres são expropriadas dos benefícios de seu trabalho, a valorização equitativa da capacidade e comportamentos”.

Assim, Segundo Mirian Goldenberg (1997, p. 352), numa perspectiva feminista de gênero, o conceito de invisibilidade da mulher significa posição inferior ou secundária que ocupa nas diferentes instituições. Em se tratando do trabalho das pescadoras artesanais é bastante desvalorizado no Brasil, tanto pelas questões ligadas ao gênero como pelas de ordem estrutural, de proteção ao trabalho feminino, política de financiamento, geração de emprego e renda (a esse respeito ver Lima, 2003; Martins, 2005).

Segundo Scott (1995), dizemos que gênero é um elemento constitutivo das relações baseadas nas diferenças que distinguem os sexos, ou nas diferenciações observadas entre



os sexos. Assim, o conceito de gênero encontra-se ligado aos conceitos de identidade sexual, de papel sexual e no de relações entre os sexos.

Ainda falando sobre as dificuldades das pescadoras, ressaltamos também a questão da saúde, principalmente o trabalho das marisqueiras que é extremamente insalubre, pois além de obter vários ferimentos resultantes do contato acidental com as pontas de mariscos presos à rocha, a longa e constante permanência junto à água salobra produz reumatismos. A posição incômoda, curvada, para remover o marisco, faz com que à maioria das marisqueiras apresente problemas na coluna, o que constantemente provocaria afastamentos temporários da coleta. Sem dúvida, são problemas de saúde do trabalho que afetam a renda familiar, quase sempre alcançada unicamente da pesca. Sobre o tema Joana Rodrigues Mousinho, Ex-Presidente da Colônia Z-10, relata que: “uma das principais dificuldades das pescadoras é na saúde, muito tempo dentro da água e na lama enfraquece os ossos, prejudica a visão por causa do sal...”.

Dito isso, no dia a dia das pescadoras, as suas relações de trabalho estão submetidas aos condicionamentos ao ambiente que elas vivem. Segundo Michel de Certeau (1994) o homem mesmo envolvido em um sistema plural “constrói modos de fazer” que os distingue de lugar para lugar. As pescadoras dominam um enorme conhecimento do meio que são adquiridos na própria experiência de vida e são comunicados oralmente.

Ainda sobre essa questão, ressalta NOBRE e FARIA (2002), a economia feminista questiona pensamento e o conceito restrito do trabalho, atividade econômica, considerando o trabalho de forma mais abrangente, incluindo o mercado informal, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho na família, e integram a reprodução como fundamental à nossa existência, incorporando saúde, educação, dentre outros relacionados à economia.

A divisão do trabalho produtivo entre homem e mulher parte de uma visão de mundo que distingui mar/terra e homem/mulher que tem sido usada, e até, de acordo com a tradição acolhida pela literatura. Esse fato converge para a não percepção das mulheres enquanto ator social produtivo, permanecendo o mito da invisibilidade feminina dentro do universo pesqueiro. Ademais, muito do que as mulheres realizam não se reserva ao mercado e não é visto, portanto, como trabalho produtivo, mesmo se tratando de trabalhos que permitem aos homens pescar como: cozinhar, costurar velas de canoa, confeccionar armadilhas de pesca para o marido e os filhos, fazer café e o carvão que eles levam a bordo, remendar roupas de trabalho, etc. (MANESCHY, ALENCAR e NASCIMENTO, 1995).

Dito isso, ainda, mesmo com a adoção de uma perspectiva mais crítica alguns espaços bem definidos não deixam de serem “vistos” e apreendido como caracteristicamente



masculinos. Às mulheres fica reservado o espaço da coleta de mariscos, moluscos, algas, camarão e coisas que se pode pegar na beira de praias, lagos e rios, ou seja, o extrativismo em geral. Essa concepção também foi observada na colônia de pescadores Z-10 em Itapissuma, para Miriam: “a maioria dos homens são pescadores de rede enquanto que as mulheres pescam mais mariscos, porém, existem homens marisqueiros e mulheres trabalhando com rede”.

Concluindo, as mulheres brasileiras, de maneira especial e geral, nas últimas décadas, das mais diversas formas, têm garantido a sua cidadania, constituindo-se como sujeitos sociais ativos por meio dos seus movimentos e ações, atreladas ou não a instituições políticas. Esta situação não é excepcionalmente brasileira. Pelo contrário, a presença feminina nos processos de mudanças sociais, culturais e políticas em países tem-se evidenciado de forma expressiva, merecendo estudos e reflexões mais profundas. Ser mulher hoje requer muita luta pelo reconhecimento da sua posição como sujeito social, exigindo dos cientistas sociais um estudo maior e especial das relações de gênero. O maior desafio de homens e mulheres é a garantia de mecanismos para atuação das mulheres nos espaços de poder.

## **7.0 Considerações Finais**

A História de luta, trabalho, resistência e conquistas revelam a existência de uma pesca realizada por mulheres, que está relacionada há um amplo conhecimento tradicional acumulado por gerações. O discurso observado na entrevista com Mirian Mousinho da Paz, Presidente da Colônia de Pescadores de Itapissuma destacou-se pelo “fazer-se pescadora”, pela própria complexidade da pescaria do dia a dia onde enfrente risco oferecido pela natureza e pela violência. A experiência de vida e trabalho dela enriquece o discurso histórico com a apresentação de seus feitos, com também seus relatos de perigo no mar, mas não subestima sua força e coragem, não apenas dela, mais de todas as mulheres pescadoras que precisam trabalhar para prover suas famílias.

Portanto, as mulheres pescadoras têm sido sujeitos de luta na garantia dos territórios e direitos sociais das comunidades costeiras. Mas essa presença precisa ser mediada pela visibilização de suas problemáticas. Daí a necessidade e os esforços que desenvolvem para constituir-se como sujeito político, visibilizadas e reconhecidas, na medida em que dão movimento à construção de um espaço igualitário, democrático e efetivamente sustentável. Num momento histórico em que se faz essencial à organização política da sociedade civil, a organização política das mulheres tem constituído um importante diferencial em relação



ao fazer emergir outras dimensões das desigualdades, como a exploração e opressão das mulheres, refletida no machismo e nas estruturas patriarcais que ultrapassam as dimensões de classe, de acordo com a tradição, tratada pelos diferentes movimentos.

As pescadoras quebram barreiras advindas das relações de gênero, que se proclamam na subordinação e na subserviência, quando buscaram a edificação de um novo mundo. A partir das mudanças sociais, advindas da valorização do conhecimento local e da participação eficaz de todos os atores, em todas as etapas do processo, elas estão conquistando o resgate da auto-estima da equidade e da inclusão social.

As colônias e associações de pescadores precisam assumir essa ação e procurar rever a definição estreita de pescador, de modo a que trabalhadoras da pesca hoje invisíveis tenham um espaço, ou seja, um lugar. O acesso a benefícios como aposentadoria, seguro saúde, ou auxílio maternidade constitui uma condição própria da cidadania. Garantir às mulheres o estatuto de trabalhadoras da pesca, como parceiras de terra ou das águas, é um grande passo na conquista de uma cidadania de qualidade, com relações mais justas, igualitárias e democráticas entre homens e mulheres.

Assim sendo, a manutenção e sobrevivência nas comunidades pesqueiras é uma luta cotidiana. Na terra, as mulheres assumem o árduo trabalho de fornecer alimentos e renda, na falta ou omissão dos homens. Elas devem, pois, descobrir formas de sustento, e inventar novas táticas. Deste modo, no universo da pesca, a idéia atribuída ao trabalho da mulher requer análises mais aprofundadas, já que essa idéia aparece em geral ligar-se a uma visão romântica e estereotipada da natureza feminina, que determinar como essencial do feminino a maternidade e o trato do lar.

## **8.0 Bibliografia:**

BAIROS, L.. **Nossos feminismos revisitados**. In Revista Estudos Feministas. Vol.3, n2/95. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ PPCIS UERJ, 1995.

CALLOU, Â.B. F. TAUK, Santos, M. S.; GEHLEN, V. R. F.(Organizadores) – **COMUNICAÇÃO, Gênero e Cultura em Comunidades pesqueiras Contemporâneas**. Recife: Fundação Antonio dos Santos Abranches, 2009.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

COSTA, J. F. (1989). **Psicanálise e contexto cultural: imaginário psicanalítico, grupos e psicoterapias**. Rio de Janeiro: Campus.

**Constituição Federal do Brasil**. Promulgada a 05 de outubro de 1988.



CRUZ, F. J. F.; COSTA, R. M. Q.; MARQUES, J. A. A.; TORRES, M. A. S. F.; VIANA, E. M. S.; PAIXÃO, P. A. P. **Estudo sobre a pesca artesanal**. Belém: Banco da Amazônia, 1993.

FRASER, N. **“Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista”**. In: SOUZA, J. Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Ed. UNB, 2001. p. 245-282.

GOLDENBERG, M. **Mulheres e militantes**. Revista Estudos Feministas. Rio de Janeiro, ano 5, n. 2, 2º semestre 1997, p. 349-364.

GEHLEN, V. **Gênero na formação profissional do Assistente Social – Um momento de reflexão**. Bahia: anais do 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1995.

HALL, S. **Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002

LEITÃO, M.R.F.A (ORG,) **EXTENSÃO RURAL, Extensão Pesqueira: experiências cruzadas/** Recife: Fasa, 2008.

LEITÃO, W. M., 1997, **O Pescador Mesmo. Um Estudo sobre o Pescador e as Políticas de Desenvolvimento da Pesca no Brasil**, Belém, UFPa (dissertação de mestrado).

LIMA, J. P. (2003). **Pescadoras e donas de casa: a invisibilidade do trabalho das mulheres numa comunidade pesqueira — o caso da Baía do Sol**. Dissertação de mestrado — Programa mestrado em Sociologia. Belém: UFP.

LOURENÇO, C. F.; FÉLIX, F. N.; HENKEL, J. S.; MANESCHY, M. C. **A pesca artesanal no Estado do Pará**. Belém: SETEPS/SINE-PA, 2003.

MANESCHY, M. C. **Pesquisa e participação: relato de uma experiência com mulheres pescadoras do litoral paraense**. In: ALVARES, Luzia Miranda; SANTOS, Eunice (ORGS). Ferreira dos. Olhares e Diversidades: os estudos sobre gênero no Norte e Nordeste. Belém: GEPEN/CFCH/UFPa: REDOR – N/NE, 1999.

MANESCHY, M. C., ALENCAR, E. e NASCIMENTO, I. 1995. **Pescadoras em busca de cidadania**. In: ALVARES, M. L. e D’INCAO, M. A. A mulher existe? uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém, GEPEM/ Museu Paraense Emílio Goeldi. p. 81-96.

MANESCHY, M. C.. ALMEIDA, M.. **Tornar-se pescadoras: de mulheres e constituições de sujeitos políticos**. In: No mar, nos rios e na fronteira – face do campesinato no Pará. UFPA: editora universitária, 2002.

MARTINS, M.C.(2005). **Partilhando saberes na roda de siri: entre o mundo do trabalho e as memórias de infância**. Tese de doutorado em Educação. Niterói: UFF

MOTTA-MAUÉS, M. A. **Pesca de homem/peixe de mulher: Repensado gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil**. Etnografia, Vol. Lll, n.2, p. 377-399, 1999.

**MOVIMENTO NACIONAL DOS PESCADORES**. O pescador artesanal na pesca previdência social. Recife: CAPAB,1996.

NOBRE, M.; FARIA N. (orgs). **Economia feminista**. São Paulo: SOF, 2002. Cadernos Sempre Viva.



SANTOS, B. de S., NUNES, J. A. “**Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade**”. In: SANTOS, B. de S. (Org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCOTT, J. **Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica**. Ed. SOS CORPO - Gênero e Cidadania. Recife, 1995.

TAYLOR, C. “**A política do reconhecimento**”. In: \_\_\_\_\_. Argumentos Filosóficos. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p. 241-274.

VIEZZER, M. **O Problema Não Está na Mulher**. São Paulo: Cortez, 1989.

WOORTMANN, E. F. **Da Complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em “pesqueiras” do Nordeste**. Comunidades. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.18, fev.1992, p.41-61.